

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.139 - SP (2019/0252996-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : LUMARCO PARTICIPACOES LTDA
REQUERENTE : TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA
REQUERENTE : TILIFORM EMBALAGENS FLEXIVEIS LIMITADA
REQUERENTE : PROFORM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MAIA - SP067217
REQUERIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
INTERES. : FERNANDO BORGES - ADMINISTRACAO , PARTICIPACOES E
DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS LTDA
ADVOGADO : FERNANDO JOSE RAMOS BORGES - SP271013

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. DISPOSIÇÃO, DE OFÍCIO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, RELACIONADA À FORMA DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS, SEM QUE HOUVESSE INSURGÊNCIA DE NENHUM CREDOR TRABALHISTA. CONDICIONAMENTO DO PAGAMENTO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS À APRESENTAÇÃO DE NOVO PLANO, SOB PENA DE CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA. *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. RECONHECIMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória requerida por Tiliform Indústria Gráfica Ltda. e outras, em que pugnam pela concessão de efeito suspensivo ao seu recurso especial, pendente de julgamento, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Agravo de Instrumento n. 2194506-49.2017.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que, em contrariedade à decisão que homologou o plano

de recuperação judicial apresentado pelas recuperandas (e-STJ, fl. 22), o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de credor, interpôs agravo de instrumento, insurgindo-se, basicamente, em relação aos seguintes pontos do plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia de credores e homologado pelo juízo, considerados ilegais:

(i) liberação incondicional de todas as garantias reais e pessoais prestadas pelas recuperandas ou terceiros; (ii) a outorga de plena gerência de ativos às próprias recuperandas, dispensadas intervenções judiciais quando de alienações ou onerações; (iii) previsões genéricas quanto à organização do plano de recuperação judicial; (iv) prazo excessivamente longo para pagamento dos credores quirografários (12 anos) e, também, para início dos pagamentos dos referidos credores (a partir do vigésimo mês subsequente ao trânsito em julgado da decisão que homologar a aprovação do plano); (v) deságio de 70% previsto para os credores quirografários; (vi) incidência de encargos financeiros inexpressivos (TR + 1% juros ao ano); (vii) criação de subclasses de credores; e (viii) previsão da extensão da novação das dívidas além do quanto previsto na Lei nº 11.101/2005, bem como da liberação dos coobrigados de todos os eventuais negócios

O Tribunal de origem conferiu parcial provimento ao agravo de instrumento, para:

i) de ofício, reconhecer a nulidade da cláusula que estipulou o pagamento dos débitos trabalhistas em 12 (doze meses) a partir da aprovação do plano de recuperação em assembleia, devendo ser contado esse prazo a partir do ajuizamento do pedido de recuperação judicial. No ponto, determinou-se que deverão "as recuperandas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de convolação em falência, comprovar o pagamento integral do crédito trabalhista habilitado nos autos, com correção monetária e juros de 1% ao mês, contados da data em que deveriam ter sido saldados - um ano do ajuizamento da recuperação" (e-STJ, fl. 347). Assinalou-se, ainda, que, "somente após a comprovação da quitação do passivo trabalhista, as recuperandas deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar novo plano para exame pela assembleia de credores, considerando-se as incongruências verificadas" (e-STJ, fl. 347);

ii) reconhecer a nulidade da cláusula que estabelece a supressão das garantias;

iii) reconhecer a nulidade da cláusula que, de modo genérico, faz menção aos

meios de recuperação previstos no art. 50 da LRF, determinando, assim, que, "no novo plano a ser submetido aos credores, deverão as [recuperandas] discriminar de forma pormenorizada os meios de recuperação" (e-STJ, fl. 349);

iv) reconhecer a nulidade das cláusulas 8.3 e 9, que estabelecem "a atualização monetária pela TR e juros de 1% ao ano, que começarão a incidir da publicação da homologação do plano" (e-STJ, fl. 350);

Em conclusão, assentou o Tribunal de origem, por meio do voto condutor (e-STJ, fl. 353):

Concluindo, verifica-se que as incongruências acima apontadas (cláusula IV fl. 2909, cláusula 6ª fls. 1119/1121;

cláusulas 8.3 e 9ª) não permitem apenas a declaração de nulidade de cláusulas relacionadas, o que justifica, assim, a anulação do plano de recuperação judicial, a fim de que outro seja apresentado no prazo de 60 (sessenta dias), com a exclusão das inconsistências referidas, plano que deverá ser levado à Assembleia Geral de credores.

Entretanto, cumpre reiterar, a apresentação de novo plano somente terá lugar após a comprovação da quitação do débito trabalhista, no prazo de trinta dias, com juros e correção monetária incidentes, como antes se consignou.

Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, prejudicado o agravo interno.

O acórdão impugnado ficou assim ementado (e-STJ, fls. 340-341):

Recuperação judicial. Grupo Lumarco. Plano de recuperação judicial. Homologação. Débito trabalhista.

Previsão de pagamento em doze meses a partir da aprovação do plano em Assembleia. Ilegalidade. Violação ao disposto no art. 54, da LRF. Prazo ânuo que deve ser contado da data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial. Diante da primazia de tratamento conferida pela Lei nº 11.101/2005 aos trabalhadores, norma cogente, não se pode admitir prazo dilatado de pagamento a estes credores. Precedentes desta Câmara nesse sentido.

Determinação de pagamento do crédito trabalhista, no prazo de 30 dias, com juros de mora e correção monetária, sob pena de convalidação em falência. Outras ilegalidades presentes no plano de recuperação judicial. Supressão de garantias. Novação extensiva aos coobrigados. A novação não implica supressão das garantias, que devem ser preservadas, como expressamente determina o art. 49, § 1º, da LRF. Condições demasiadamente onerosas impostas aos credores quirografários (carência de 19 meses, deságio de 70%, prazos dilatados de pagamento 12 anos, juros de 1% a.a. e correção monetária pela TR). Tratamento restritivo aos interesses dos

credores. Pulverização dos créditos ao longo do tempo. Abusividade que acarreta a invalidade das cláusulas. Falta de indicação precisa dos meios de recuperação judicial. Exigia-se delimitação mais acentuada das possibilidades que serão adotadas pelas recuperandas, o que não há nos autos. Legalidade das cláusulas que preveem a alienação de ativos e condições diferenciadas para credores parceiros. Determinação de apresentação de novo plano no prazo de 60 dias, após a necessária comprovação da quitação do passivo trabalhista apontado na recuperação.

Agravo de instrumento parcialmente provido, prejudicado o agravo interno.

As recuperandas interpuseram recurso especial, com fulcro nas alíneas *a* e *c*, do permissivo constitucional. Sustentaram, em síntese, que o Tribunal de origem violou os arts. 38, 41, 42, 45, 47, 49, 50, 53, 54, 56, 58 e 59 da Lei n. 11.101/2005; e 414 e 492 do Código de Processo Civil de 2015, além de apontarem dissenso jurisprudencial.

Entre as alegações deduzidas no apelo especial, destacam-se:

- i)* o Acórdão externou julgamento ultra petita, com violação aos princípios do *reformatio in pejus* e *tantum devolutum quantum appellatum*, uma vez que a questão dos pagamentos dos débitos trabalhistas não foi sequer levantada pelo agravante, sendo certo, ainda, que a integralidade dos débitos já foram quitados;
- ii)* cerceamento de defesa dos Recorrentes, uma vez o risco que os recursos não versam quanto à questão trabalhista e caso instadas a respeito poderiam ter apresentado saldo de quitação antes mesmo da sessão de julgamento.
- iii)* indevida ingerência do Poder Judiciário, pois "a aprovação do plano experimentou 100% de aprovação na classe Trabalhista; 51,45% de aprovação na classe Quirografária considerando votos por valores; 86,05% de aprovação na classe Quirografária considerando votos por "cabeça"; 100% de aprovação na classe de Micro Empresas e Pequenas Empresas e que atualmente a maciça maioria dos próprios CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS - principais prejudicados com a decisão embargada - continuam a manter relações comerciais com o Grupo;
- iv)* legalidade, em suma, das cláusulas que definiram as condições de pagamentos oferecidas aos credores quirografários; os critérios de atualização dos créditos e juros aplicáveis; e que trata da supressão das garantias.

No presente pedido de tutela provisória, as recuperandas reiteram o pedido de atribuição do efeito suspensivo feito por ocasião da interposição do recurso especial. Para tanto, como aparência do bom direito, reportam-se às razões de sua insurgência recursal, no

que residem, segundo alegado, a plausibilidade de seus argumentos e a probabilidade de êxito.

Quanto à urgência da medida, afirma que esta centra-se na iminência de realização de Assembleia Geral de Credores, que estava prevista para o dia 19/8/2019, com o propósito de dar cumprimento aos termos do acórdão recorrido, qual seja a aprovação de novo plano — a despeito da licitude das cláusulas estabelecidas anteriormente, devidamente aprovada pelos credores, segundo o *quorum* legal —, agora condicionada à comprovação do pagamento dos débitos trabalhistas na forma estabelecida, sob pena de convalidação em falência.

Brevemente relatado, decido.

Na esteira da sedimentada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a caracterização da aparência do bom direito, sustentada na tutela de urgência destinada à atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, demanda, a um só tempo, o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, bem como a plausibilidade da tese expendida nas razões recursais, a evidenciar, num juízo perfunctório, a possibilidade de êxito da insurgência.

Nos termos relatados, constata-se que, a despeito da ausência de insurgência por parte de qualquer dos credores trabalhistas, cuja classe teria aprovado em 100% do *quorum* legal, o Tribunal de origem, em agravo de instrumento interposto por credor quirografário, **de ofício**, reconheceu a nulidade da cláusula que estipulou o pagamento dos débitos trabalhistas em 12 (doze meses) a partir da aprovação do plano de recuperação em assembleia, devendo ser contado esse prazo a partir do ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

No ponto, determinou, ainda, que "as recuperandas [deverão], no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de convalidação em falência, comprovar o pagamento integral do crédito trabalhista habilitado nos autos, com correção monetária e juros de 1% ao mês, contados da data em que deveriam ter sido saldados - um ano do ajuizamento da recuperação" (e-STJ, fl. 354).

Em juízo de cognição sumária, é de se constatar que o Tribunal de origem, ao assim proceder, incorreu, em tese, em julgamento fora dos limites devolutivos do recurso, matéria que foi devidamente aventada pelas recuperandas, em seu apelo especial, com referência correta aos respectivos dispositivos legais.

É de se reconhecer, inclusive, que a matéria deliberada, de ofício, pela Corte estadual (pagamento dos débitos trabalhistas, no modo ali estipulado) foi, conforme descrito, utilizada como condição para a feitura de um novo plano, sob pena de convolação em falência, no que consiste, de fato, a urgência da presente medida, considerando-se, nos termos alegados e demonstrados pelas recuperandas, cujo sobrestamento mostra-se, assim, justificado.

A deliberação de ofício, aliás, remete, em juízo de cognição sumária, a uma contradição em seus próprios termos. Afinal, o pagamento de qualquer crédito submetido à recuperação judicial deve se dar em detida observância ao plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia de credores e homologado judicialmente. A determinação, como visto, objeto da insurgência recursal, condiciona o prévio pagamento dos débitos trabalhistas para, então, viabilizar a apresentação de um novo plano de recuperação judicial.

Além disso, também é de se reconhecer, em análise perfunctória, que a insurgência recursal, no tocante às questões afetas à supressão de garantias — ainda que não na extensão pretendida pelas insurgentes —, e à (im)possibilidade de revisão judicial da taxa de juros e do índice de correção monetária aprovados pelos credores, encontra ressonância em julgados desta Corte de Justiça (REsp 1.700.487/MT e REsp 1.630.932/SP, respectivamente).

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, **defiro** o pedido de tutela provisória para conferir efeito suspensivo ao presente recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator